

**NOTAS SOBRE A CONSTELAÇÃO
MULTIESCALAR DA TOTALIDADE
CONCRETA DA CRISE DO CAPITAL**

*NOTES OF THE MULTIESCALAR
CONSTELLATION OF THE CONCRETE
TOTALITY OF THE CAPITAL CRISIS*

*NOTAS SOBRE UMA CONSTELACIÓN
MULTIESCALAR DE LA TOTALIDAD
CONCRETA DE LA CRISIS DEL CAPITAL*

THIAGO TEIXEIRA DA CUNHA COELHO

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) – Belo Horizonte/MG.

E-mail: thiagoteixeira.tx@gmail.com

Resumo: Apresentamos neste texto elementos fundamentais à pesquisa da sociedade contemporânea. Para tal, temos em vista o processo de crise fundamental do capital e sua forma social e, considerando que a relação entre a totalidade e seus particulares continua a ser tematizada por meio de uma articulação de totalidade que compõe um todo, aos invés da relação entre forma e totalidade, desejamos contribuir com uma interpretação onde a modificação da mediação conforme o processo histórico se desenrola, trazendo novas categorias que orientam a prática e, portanto, também devem fazê-lo na teoria do conhecimento, caso nosso desejo seja compreender e criticar a realidade.

Palavras-chave: capital, crise, totalidade, forma, constelação.

Abstract: We present in these text fundamental elements to the research of contemporary society. To this end, we must bear in mind the process of fundamental crisis of capital and its social form and, considering that the relationship between the totality and its individuals continues to be themed through an articulation of totalities that make up a whole, instead of the relationship between form and totality, we wish to contribute with an interpretation where the modification of mediation as the historical process unfolds, bringing new categories that guide the practice and, therefore, they must also do it in the theory of knowledge, if our desire is to understand and criticize reality.

Keywords: capital, crisis, totality, form, constellation.

Resumen: Presentamos en este texto elementos fundamentales para la investigación de la sociedad contemporánea. Para este fin, debemos considerar el proceso de crisis fundamental del capital y su forma social y, teniendo en cuenta que la relación entre la totalidad y sus individuos continúa siendo temática a través de una articulación de totalidades que conforman un todo, en lugar del relación entre forma y totalidad, deseamos contribuir con una interpretación donde la modificación del mediación a medida que se desarrolla el proceso histórico, trayendo nuevas categorías que guíen la práctica y, por lo tanto, también deben hacerlo en la teoría del conocimiento, si nuestro deseo es comprender y criticar la realidad.

Palabra clave: capital, crisis, totalidad, forma, constelación.

Introdução

A Geografia se refere de forma recorrente as escalas como mecanismo metodológico de análise da realidade. O “Global” e o “local” são apresentados como entrelaçados e distintos, numa grande teia articulada pelo Estado, as grandes corporações e o sistema financeiro mundializado. Esse movimento sempre pretende pinta um quadro múltiplo e complexo onde diferentes processos estão presentes em um mesmo ponto do espaço. A pesquisa em Geografia, em especial a partir dos anos 1970, tem sido profundamente marcada

por tais questões que buscam desvelar por meio da diversidade material do espaço; onde “o mundo aparece como primeira totalidade [...] uma totalidade não apenas concreta, mas, também, empírica” (SANTOS, 2006, p. 182), onde “através das redes, podemos reconhecer [...] três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local” (SANTOS, 2006, p. 182). O autor se aprofunda nessa articulação entre esferas de ação política, dinâmicas econômicas e sócio-culturais cujas “redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 2006, p. 182). Cada nível é apresentado como uma totalidade fechada em si. Além do mundo, a totalidade empírica da geografia por excelência, temos o território que demarca os países, apresentado como “uma formação socioespacial –, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. [...] a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados [...] formas de regulação e controle das redes” (SANTOS, 2006, p. 182); e o lugar “onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa” (SANTOS, 2006, p. 182). Santos apresenta esse movimento como relação entre as redes, sejam elas materiais ou imateriais, e as dinâmicas locais como particulares e até mesmo singulares. São forças de resistência ante a uma padronização do modo de vida e produção generalizado pelo capitalismo. Essa face material que Milton Santos nos apresenta foi central no pensamento geográfico –

e continua sendo – até hoje. Em Santos esse processo aparece como movimento sequencial e evolutivo, enquanto outras figuras da Geografia crítica vinculadas ao pensamento tradicional do marxismo, como Ruy Moreira, compreendem o imperialismo e sua lógica de constante submissão e dominação política, militar e econômica como estrutura do capital – uma espécie de luta de classe planetária – enquanto a globalização seria a expressão desse processo em suas múltiplas escalas.

A globalização é a escala e o imperialismo o princípio da estrutura universalizada do capitalismo. O imperialismo como o monopólio industrial-financeiro das inscrições territoriais demarcadas, e a globalização como o monopólio financeiro-rentista territorializado no horizonte sem limites de espaço mundial. A globalização é a planetaridade escalar desse capitalismo avançado, o capitalismo liberado do casulo territorial da indústria pela autonomização financeira. O casulo, precisamente, da arrumação espacial que unifica ao tempo que diferencia a acumulação em lugares territoriais enrijecidos pelas inscrições de fronteira da indústria e que agora se tornam fixos que a desfronteirização fluidifica em fluxos de transterritorialidade máxima (MOREIRA, 2016, p. 81).

A mudança das escalas se impõe, portanto, pelo capitalismo financeiro e sua dinâmica de livre e rápida circulação do capital em suas formas diversas, especialmente na sua forma dinheiro. Essa concepção se vincula a uma tradição do pensamento brasileiro que elabora a impossibilidade da superação do atraso produzido pelo processo de acumulação primitiva vinculado a colonização. Tal concepção possui diferentes caminhos capazes de explicar a falência da modernização brasileira, ou uma espécie de modernização truncada ou interrompida. Nos dias de hoje, no entanto, essa

formulação não é capaz de acompanhar e compreender a crise mundial do capitalismo, bem como a relação desse movimento com a particularidade brasileira. Acreditamos, portanto, que essa análise vinculada as mudanças materiais do espaço e sua conectividade, tal como uma retomada do imperialismo financeirizado em escala planetária esconde elementos subjacentes que permitem a generalização dessa padronização material.

Assim, para compreender a dinâmica espacial nesse momento histórico é indispensável desvelar a relação entre o desenvolvimento do capitalismo, e sua crise. Para isso será necessário discutir o processo diferencial de generalização do capital como *forma social* (SCHOLZ, 2009), buscando compreender a correlação entre esse *desenvolvimento desigual* (SMITH, 1989) com a *totalidade concreta* (SCHOLZ, 2009), sendo está compreensão de totalidade desvinculada de uma compreensão empirista e material, mas tendo como referência essa multiescalaridade presente no pensamento geográfico apresentada aqui como uma *constelação* (BENJAMIN, 2009) que não pode ser apreendida de forma completa com o recurso a uma leitura individualizante, que transforma o objeto em *forma nicho* (KURZ, 2014) e elabora uma explicação autorreferente e dissociada da totalidade, reproduzindo um “modo de proceder teórico designado por <individualismo metodológico>, o qual é próprio da filosofia e das ciências burguesas no seu todo e, de modo especial, da economia” (KURZ, 2014, p. 55). Assim, não é possível tratar local e global como escalas em disputa, mas como diferentes articulações do *valor-dissociação* (SCHOLZ, 1992) ligadas a um processo histórico específico de desenvolvimento do capitalismo e da reprodução ampliada de sua crise.

Procedimentos teóricos e metodológicos

Como nos adverte Roswitha Scholz, “se a realidade social muda, também a própria teoria [...] tem de mudar” (SCHOLZ, 2010). Ou seja, este texto pretende retomar as premissas do materialismo histórico dialético e sua defesa da observação sobre o capital e suas formas de organização. Em nosso caso, isso significa retornar a uma construção teórica a partir dos processos históricos e sociais específicos do capital diante do *colapso da modernização*.

A tese de Robert Kurz a esse respeito modifica as condições de compreensão do capital, pois aponta que o capital passou por uma mudança radical ligada:

a formação da <sociedade de serviços> e da terceira revolução industrial, a partir dos anos 80 de século XX, ter sido acompanhada de toda uma cadeia de crises financeiras que visivelmente caminham para um ponto culminante. Tal não poderia acontecer se o mecanismo de compensação da mais-valia relativa [...] ainda funcionasse ou, pelo menos, a passagem à mais-valia absoluta tivesse sanado a massa de mais-valia e, com ela, a massa do lucro (KURZ, 2014, p. 275).

Esse rompimento drástico impossibilita a reconstrução das condições anteriores do processo de valorização do valor e de acumulação baseada na exploração de mais-valor (seja absoluto ou relativo). Toda a sociabilidade baseada na equivalência de mercadorias de qualidades diferentes por meio da relação de representação do valor de uma no valor de uso de outra através da medida criada na substância comum de ambas – o tempo de trabalho socialmente necessário – sofre uma ruptura, pois a massa de valor existente não é mais capaz de mobilizar o processo global de reprodução para que ele se valorize, sendo necessário recorrer ao

valor futuro, que se configura numa promessa futura de valorização.

Dessa maneira:

torna-se necessário [...] que os capitais individuais, que recorrem ao crédito numa medida crescente, se apropriem de uma parte da massa social de mais-valia no mínimo suficiente para poderem pagar os seus créditos e, além disso, alcançar ainda um lucro próprio. Porém, quando isso se torna uma condição universal, não apenas se cria uma pressão adicional sobre os capitais individuais, mas também um problema <sistémico>: o refinanciamento, que já não é feito com base na produção passada de mais-valia real, mas na futura, não só requer que a massa de mais-valia cresça, mas que cresça tanto que a sua antecipação no passado não bloqueie a reprodução corrente posterior (KURZ, 2014, p. 298).

Isso implica em formas críticas de reprodução do capital, pois consideramos que este alcançou uma espécie de limite estrutural interno. A promessa de um processo de valorização do valor por meio da *hipoteca de trabalho futuro* (KURZ, 1995/2019¹) é diferente do fim do capitalismo e da existência de formas de dominação organizadas por meio de uma *abstração real* (MARX, 2013), ou seja, uma forma fetichista de dominação onde os processos sociais continuam, nos termos marxianos, “passando às costas dos sujeitos” (MARX, 2013) mesmo que os pressupostos dessa dominação estejam em uma crise irresolúvel. Numa economia cujo fundamento está “na base fictícia de um ilusório consumo do futuro” (KURZ, 2014, p.305) temos um paradoxo. Na tentativa de retirar o capital “do pântano da falta de aplicação da força de trabalho” (KURZ, 2014, p.305) este era mobilizado para mover o processo fictício:

1 As duas datas se referem a publicação original em alemão e a publicação e revisão mais recente em língua portuguesa. O mesmo ocorre em outros textos do grupo Krisis/Exit retirados do site <<http://www.obeco-online.org/>>

Por um lado mobilizava-se força de trabalho a menos para a reprodução real, acrescida da satisfação do sistema de crédito enfunado, mas, por outro lado, no âmbito deste dilema, mobilizava-se ainda demasiada – e de longe – força de trabalho para assegurar a sustentabilidade real da valorização real precedente. [...] o consumo de uma imaginária substância do valor futura sugeria também uma substância do valor passada que nem sequer fora produzida (KURZ, 2014, p. 305-306)

Dessa forma, consideramos que o trabalho e o dinheiro foram plenamente autonomizados, o que implica que o trabalho moderno, como forma cindida (trabalho abstrato e concreto), não confere mais a capacidade de reprodução da sociedade nos termos do processo de valorização do valor, mas somente um “salto de fé” inalcançável de hipotecar o trabalho futuro baseado na ilusão de um reacoplamento entre o dinheiro sem valor que se amplia como simulação do processo de acumulação de capital por meio da inflação dos títulos de propriedade (PITTA, 2020; KURZ, 2014). Esse processo movido no presente por meio do dinheiro que representa riqueza abstrata sem qualquer substância ou uma promessa futura desta nos coloca em uma encruzilhada entre o *colapso da modernização*, considerando que a modernização é o processo tendencial de generalização de uma sociedade baseada na produção (e reprodução) do valor, e uma espécie de normalidade precária, onde a forma social em crise não é capaz de reconciliar os seus momentos autonomizados. São mantidos, ainda que de forma parcial e precária, os elementos que remontam as estruturas sociais típicas da modernização (como o Estado) mas o que resta deles é somente sua capacidade de seguir ancorando o processo de apropriação e acumulação de promessa de trabalho futuro por meio da violência ou uma tentativa de *gestão da barbárie* (MENEGAT, 2019). O ponto de partida desta interpretação

está na obra *O colapso da modernização*, na qual Kurz evidencia a transformação do processo de expansão global do capital por meio de uma crise que nega seus fundamentos,

O *boom* absurdo, puramente fictício, do capital especulativo, sobreposto aos circuitos de déficit nacionais e internacionais, fez nascer, até o fim dos anos 80, a ilusão de que a solvência do Ocidente fosse praticamente inesgotável, os processos de endividamento pudessem ser estendidos até o infinito e as diversas crises de dívidas pudessem ser administradas sem grande esforço. Uma parte cada vez maior tanto dos créditos quanto do atendimento a estes se alimentava direta ou indiretamente da superestrutura especulativa global. [...] os excedentes de exportação originalmente reais dos setores vencedores assumiram cada vez mais o caráter de complexos puramente fictícios, tornando-se eles próprios componentes da superestrutura especulativa (KURZ, 1992, p. 202-203).

Este escrito, elaborado no fim de noite dos anos 1980, aponta na direção da deterioração da relação entre capital e seus fundamentos reais. Tal especulação vai ganhar denominações distintas ao longo de sua obra, mas o fundamento está na categoria de *capital fictício* (MARX, 2017). A perspicácia de Kurz sobre esse tema fica evidente na passagem abaixo:

No terceiro volume de sua obra principal, Marx analisou as características fundamentais desse processo, ainda em estado embrionário no século XIX, criando para ele o termo “capital fictício”. Mas esse caráter fictício revela-se somente depois de terminar um processo especulativo mais longo ou mais curto. Enquanto este está se passando, o capital fictício, que não tem substância alguma, cria nos participantes do mercado a ilusão de render muito mais lucro do que o capital realmente produtivo. [...] o capital fictício pode atuar sobre a

produção real de bens e induzir processos de produção materiais, cuja invalidade se revela apenas posteriormente, no colapso inevitável da especulação. [...] os lucros do capital especulativo fictício experimentam também uma constante realização aparentemente produtiva. Quando um especulador, com os ganhos obtidos pela especulação que para ele são absolutamente reais, sendo porém fictícios do ponto de vista da reprodução social do capital, dá-se ao luxo de comprar um Mercedes Benz, a produção aparentemente muito real desse automóvel não possui, na verdade, nenhum fundamento de capacidade aquisitiva produtiva. [...] Por isso, é bastante ingênuo quem acredita poder separar nitidamente o setor especulativo e a suposta acumulação real (KURZ, 1992, p. 203).

A reprodução fictícia ampliada produz uma corrida por setores – ou países, regiões – com promessas de preços futuros elevados atrai capitais diversos nessa direção, levando a uma dança constante de capitais buscando aumentar sua massa de dinheiro (D – D’). Tais setores movimentam a reboque a exploração do trabalho sem valorização do valor levando a uma ampliação da crise. Este elemento pontual no processo histórico de consolidação da reprodução ampliada do capital se apresenta nas três últimas décadas do século XX como o motor da totalidade concreta do capital, posto que a substância que sustenta sua forma social desmorona sobre si. O colapso da modernização pode ser historicamente vinculado, portanto, a revolução microeletrônica que “deu por terminada a era fordista, este grau até agora mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas alterou as condições de valorização numa dimensão qualitativamente nova” (KURZ, 2014, p. 265). Essa virada histórica produziu “novos potenciais de racionalização são de tal modo profundos e abrangentes (cobrindo transversalmente todos os ramos da reprodução) que agora também

o movimento de expansão <interna> do capital no plano do valor se detém” KURZ, 2014, p. 265). Neste contexto há uma rápida redução do dispêndio de trabalho por unidade de mercadoria produzida por meio do crescimento acelerado da produção ocasionada pela expansão dos mercados, o barateamento das mercadorias e uma força de trabalho suficiente para uma produção em massa. Isso implica que:

[...] Para o valor inferior por mercadoria ser compensado pelo número das mercadorias vendáveis que entraram na lógica da produção em massa seria necessário, para as quantidades de mercadorias adicionais, um acréscimo de força de trabalho suficientemente grande para compensar o dispêndio de trabalho por mercadoria tornado supérfluo – mais um exercício de aritmética ao nível da escola básica. No que diz respeito à mais-valia, regressamos aqui precisamente ao problema de o aumento da mais-valia relativa por elemento da força de trabalho já de nada servir se o número dos elementos da força de trabalho produtivos na perspectiva do capital e aplicáveis no plano desse padrão de produtividade diminuir muito fortemente. Na segunda revolução industrial, não era esse o caso; a produção em massa adicional exigia, tal como demonstramos, um número absoluto muitíssimo maior de elementos da força de trabalho. Mas na terceira revolução industrial da microeletrônica ocorreu, neste aspecto, uma reviravolta. Manifestou-se algo que desde sempre tinha sido concebível em termos lógicos, a saber, o aumento da força produtiva a uma tal escala que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional para ser capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria. [...] a <racionalização> torna supérfluo o dispêndio de trabalho humano anda, pela primeira vez na história capitalista, mais depressa e assume uma dimensão maior do que o embaratecimento a ela associado e o correspondente alargamento dos mercados. [...] É precisamente o contrário da expansão do fordismo (KURZ, 2014, p. 266-267).

Diante dessa mudança fundamental no funcionamento do capitalismo, posto em movimento pela crise de seus fundamentos, Kurz apresenta algumas advertências sobre a aproximação junto a esse processo cuja:

alteração não pode ser <comprovada> de um modo empírico imediato, visto que o verdadeiro plano da essência do valor (o do capital global) é real, mas não pode ser traduzido directamente em números, manifestando-se empiricamente apenas na inversão, através das relações de reprodução e de concorrência dos capitalistas individuais ou na sua projecção pouco fiável. Mas as condições de valorização alteradas do <processo global>, na **mediação** com as manifestações empíricas, podem discernir-se bem em termos teórico-categoriais (KURZ, 2014, p. 265).

A mediação se refere, portanto, à elaboração teórica das categorias objetivas do capital, vinculadas às mudanças do próprio processo histórico do capital, que se desmancha no ar ao longo do século XX, o que implica numa reformulação da maneira como o pensamento crítico se aproxima da realidade para compreendê-la e modificá-la. Nesse sentido, nos parece fundamental a teoria do *valor-dissociação* formulada por Roswitha Scholz, pois está procedendo uma crítica profunda a teoria do valor onde

a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.) (SCHOLZ, 1992/1996, p. 4²).

2 Alguns textos dos autores do grupo Krisis/Exit foram retirados do site <<http://www.obeco-online.org>>. Logo, sua paginação se refere a paginação do texto

Scholz ainda expande sua concepção de dissociação para outras formas de emergência dessa dissociação, como no caso dos povos sinti e roma, denominados ciganos:

O mesmo se pode dizer dos grupos de esquerda a quem o destino dos sinti e roma não tem suscitado até agora muito interesse" (Wippermann, 1999, p. 106). E o mesmo sucede, infelizmente, nos meios que se dedicam à crítica do valor. Como se a construção moderna do *cigano*, enquanto ser avesso ao trabalho, sensual, *wild and free* não fosse relevante, precisamente para sustentar uma posição crítica do valor e do trabalho. Esquece-se que as próprias necessidades reprimidas não foram projectadas somente nos *exóticos*, *negros* e *selvagens*, algures em África ou nas Caraíbas, mas que "eles" há séculos se encontram bem próximos, por assim dizer, no meio de nós: os *ciganos*, como parte inseparável da própria cultura ocidental moderna (SCHOLZ, 2007, p. 1).

A autora reconhece que o valor possui um papel central "na constituição da objetividade social e da subjetividade social, na sua intermediação"(SCHOLZ, 2010) mas sua constituição lógica e histórica está vinculada a uma totalidade fragmentada, na qual os diversos níveis de concreção se mobilizam por um eixo central: a relação entre trabalho e cisão sexual, bem com as diversas formas de racismo, também apresentados como produção de valor e reprodução social de outros aspectos da vida, em especial o do cuidado. Entretanto,

"O valor é o homem", não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objectivação valorativa. Foram quase exclusivamente os homens que se comportaram como autores e executores da socialização pelo

quando transportado para uma ferramenta de leitura e edição de texto. Pretendemos com isso facilitar o acesso as referências.

valor. Eles puseram em movimento, embora sem o saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria, cada vez mais independente, por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). Como nesse processo a mulher foi posta como o antípoda objectivo do “trabalhador” abstracto – antípoda obrigado a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior –, a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra (SCHOLZ, 1992/1996, p. 21).

Isso implica considerar “as diferentes dimensões da dissociação do feminino na economia e na política, na repartição de funções das actividades, bem como nos planos dos símbolos socioculturais e psicanalítico” (SCHOLZ, 2010, p.16), o que implica num retorno constante a relação dialética entre a dissociação sexual e o valor, reconhecendo o “desenvolvimento da totalidade concreta, como gradação não-hierárquica dos planos de abstracção e concreção” (SCHOLZ, 2010, p.16). Esta elaboração teórica se vincula a uma tradição crítica do marxismo do século XX que será fundamental a nossa concepção de crise e da relação entre a totalidade e suas particularidades.

Valor-dissociação: crítica do valor e totalidade concreta

Ao se defrontar com uma sucessão de crises violentas do capital desde os anos 1980, parte do marxismo se viu diante de uma rua sem saída, em especial com o fim da URSS e da esperança na revolução transformada em projeto de *modernização retardatária* (KURZ, 1992) que não se realizou. Isso atinge um limite histórico na interpretação do capital como um jogo de forças por controle hegemônico do processo de produção e distribuição de seus frutos via controle fabril e estatal. Tal limite é produzido pelo próprio capital

como contradição em processo. A retomada dos debates acerca da teoria do valor realizada pelo grupo Krisis, cujo um dos autores era Robert Kurz se encarregou de apresentar uma crítica fundamental ao capital, embasada na crítica da ontologia do trabalho, considerando que o processo de reprodução ampliada se expande e ao incorporar cada vez mais pessoas como força de trabalho e, conseqüentemente, colocar todo o globo submetido aos ditames da valorização do valor como força objetiva de imposição histórica do capitalismo amplia cada vez mais a distância entre a riqueza abstrata – cujo crescimento desmedido aparece na enxurrada contínua de capital nas formas de mercadoria e dinheiro – e a sua substância, qual seja, a exploração da força de trabalho que produz mais-valia e amplia as condições de reprodução ampliada do capital e da contínua expansão dessa exploração. Kurz considera que a revolução microeletrônica coloca em xeque a possibilidade do capital continuar se reproduzindo sobre essa mesma base. Entretanto, essa crise fundamental não explica completamente as mudanças na dinâmica da reprodução do capital e diversos momentos de sua totalidade concreta. Isso é reconhecido e formulado por Roswitha Scholz. A pensadora indica a necessidade de ampliar o nexo de mediação do capital com a totalidade concreta, tendo em vista o papel da dissociação nos momentos separados da produção de valor. Para isso, mergulha na teoria crítica em busca de elementos teóricos além da simples investigação científica e dedutiva, procurando os vínculos históricos entre conhecimento e o processo histórico de constituição deste.

De Lukács traz a crítica do fetichismo como elemento central da forma mercadoria e, conseqüentemente, do capital; também a concepção de totalidade concreta, onde os objetos são apreendidos a

partir de uma formulação teórica desdobrada dos fenômenos novos, ultrapassando a mera descrição e apresentação de suas feições empíricas (LUKÁCS, 1923/1967, p.140 *apud* SCHOLZ, 2010, p.5). O tratamento dado por Lukács à relação entre aquilo que podemos nos aproximar sem a mediação conceitual e a constituição do sistema de conceitos apresenta as categorias de pensamento como categorias objetivas do capital, reconhecendo que

Não se pode esquecer (...) que imediatidade e mediação são elas próprias momentos dum processo dialéctico, que cada grau do Ser (e da atitude de compreensão a seu respeito) tem a sua imediatidade no sentido da fenomenologia (de Hegel, R.S.), onde nós, face ao objecto imediatamente dado, temos ‘de nos comportar de modo igualmente imediato ou receptivo, ou seja, não modificando nada nele, na forma como ele se apresenta’. O ir além da imediatidade só pode ser a génese, a ‘criação’ do objecto. Porém, isto já pressupõe que todas as formas de mediação, nas quais e através das quais se vai além da imediatidade da existência dos objectos dados, *se revelam como princípios estruturais da construção e tendências reais do movimento dos próprios objectos*, portanto que a génese do pensamento e a génese histórica (ao contrário do que acontece em Hegel, R. S.) coincidem de acordo com o princípio (LUKÁCS, 1967, p. 171 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 6).

Apesar da importância da elaboração lukacsiana sobre a relação entre reificação, forma mercadoria e valor, Scholz retoma a crítica à filosofia moderna de Theodor Adorno, em especial seu debate sobre o sujeito transcendental kantiano, para criticar Lukács e sua “proclamação do proletariado como sujeito-objeto da história” (SCHOLZ, 2010, p.8) posto que isso posiciona o trabalhador – e o trabalho – como precedente a própria totalidade concreta, ou seja, como uma expressão da mediação entre a totalidade concreta e a forma social. O proletariado aparece para o pensador húngaro como

sujeito imediato, fruto da trans-historicidade das lutas de classes e da ontologia do trabalho, cuja relação histórica específica seria fundamentada no valor. Adorno, por outro lado, expõe exatamente essa contradição ao reconhecer que a ruptura entre sujeito e objeto “não pode ser hipostasiada ou transformada em invariante” (ADORNO, 1969). Isto direciona a formulação de uma dialética negativa, na qual o movimento do conhecimento não recai numa reconciliação entre ambos polos separados – como seria a reconciliação entre o homem e o fruto do seu trabalho para Lukács:

O que desde a *Crítica da razão pura* constitui a essência do sujeito transcendental, a funcionalidade, a pura actividade que se realiza nos esforços dos sujeitos individuais e simultaneamente os ultrapassa, projecta **o trabalho pairando sobre o sujeito puro considerado como origem**. Se Kant conteve a funcionalidade do sujeito, ao afirmar que ela seria nula e vazia se não se aplicasse a um material, ele assinalou inequivocamente que o trabalho social é um trabalho sobre algo; a maior consequência dos idealistas posteriores eliminou isso sem hesitação. A universalidade do sujeito transcendental, no entanto, é a do contexto funcional da sociedade, **de um todo que se conjuga a partir das espontaneidades e qualidades dos indivíduos**, limitando novamente estas por meio do princípio nivelador da troca, e eliminando-as virtualmente como impotentes perante o todo (ADORNO, 1966, p. 179 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 8-9).

Os grifos ressaltam o argumento central: ao descolar o trabalho como uma espécie de substância do sujeito – este, por sua vez, transcendental – temos uma compreensão de que cada indivíduo realiza seus trabalhos e as demais ações cotidianas de produção e reprodução da vida por um movimento simples, espontâneo e imanente às suas qualidades enquanto indivíduos. Ora, salta aos olhos a centralidade do trabalho como fundamento do processo global

de exploração da classe trabalhadora por um processo histórico específico e cego, como aponta Lukács, mas para ele ainda poderia ser revolucionado pois há algo a ser “salvo” no interior dessa totalidade concreta. De sua parte, essa substância social sequestrada pela luta de classes e mistificada pela reificação – que produz um movimento que passa às costas do sujeito – é frontalmente questionada por Adorno; o tratamento dispensado ao sujeito “mantém a contradição entre essência e aparência” (SCHOLZ, 2010, p. 9) pois “para ele, também o objeto não é algo em última instância dado” e “o sujeito só consegue apreender a objectividade em geral por ser também ele mediado, não sendo, portanto, apenas o elemento radicalmente outro do objecto só por ele legitimado.” (ADORNO, 1966, p. 185 *apud* SCHOLZ, 2010, p. 9). Por isso, não há uma maneira de chegar a uma verdade, o que mantém a validade da formulação kantiana da “coisa em si”, mas a recoloca em outro patamar, reconhecendo os limites históricos do conhecimento como parte do desvelar do processo objetivo que constitui a forma social e a forma do conhecimento, bem como os demais momentos sociais não diretamente subsumidos ao *princípio da troca* (ADORNO, 1966). Scholz enfatiza como esta formulação teórica se encontra eivada de elementos historicamente específicos e, portanto, ressaltando a relação entre o capitalismo e formas concretas específicas de organização e ação circunscritas a mediação da forma:

Adorno mantém aqui a diferença entre essência e aparência, uma vez que recorre ao não-idêntico e com isso ao historicamente dinâmico. [...] O seu pensamento é uma reacção ao nacional-socialismo e à revolução “verdadeira” perdida, com as consequentes práticas bárbaras de eliminação, particularmente no Holocausto, tal como à falsa revolução no “socialismo realmente existente”, o qual, na sua opinião, estava igualmente prisioneiro

do pensamento da identidade: “A transição vista por Marx (nas Teses sobre Feuerbach, R. S.) por assim dizer ao virar da esquina e mesmo iminente no período de 1848 não aconteceu (...) e o proletariado não se constituiu como sujeito-objecto da história” (Adorno 2003, p. 68) (SCHOLZ, 2010, p. 10).

A historicidade imanente do argumento adorniano não destitui sua filosofia de importância. Ao contrário, suas elaborações resgatam de forma distinta a concepção lukácsiana de totalidade concreta por meio de “sua filosofia dialéctica negativa” (SCHOLZ, 2010, p. 11) cuja concepção tem uma marca histórica fundamental, qual seja, “a fase fordista, na passagem para o pós-fordismo” (SCHOLZ, 2010, p. 11) no qual há uma centralidade enorme do Estado no processo de produção, vinculado a uma aceleração do *desenvolvimento das forças produtivas* (MARX, 2013) e à consolidação de uma sociedade do *consumo dirigido* (LEFEBVRE, 1991/2014), com a expansão do capital e de sua produção industrial para a periferia bem como a constituição de uma enorme *camada média* (SCHOLZ, 2010), especialmente na Europa ocidental, na América do Norte e no Japão. Desta maneira, “Adorno estava ainda bem longe do horizonte de uma crise fundamental da economia mundial, como a que hoje vivemos, em que é preciso incrementar uma nova crítica da forma mais desenvolvida” (SCHOLZ, 2010, p. 11). Por isso, retomamos a evidente necessidade de partir do contexto histórico presente e reconhecer que vemos parte do todo, mas que as mediações podem ser desveladas por meio da crítica social radical, movendo uma teoria negativa do conhecimento. Isso não implica, no entanto, numa possibilidade de superação dessa totalidade concreta pela força intelectual da compreensão da realidade, no sentido de uma superação da alienação, mas de um movimento dialéctico, pois a mediação é somente um momento de reconhecimento da relação

entre forma social e a totalidade concreta e fragmentada. Temos um vislumbre. Nunca uma reconciliação, ou mesmo uma reconstrução. A superação dessa mediação não está nela apresentada ou inscrita, mas podemos perceber sua crise por meio desses momentos. Portanto,

É precisamente aqui que se aplica a dialéctica negativa de Adorno, que Postone recusa, mas que poderia ser reformulada do ponto de vista da crítica da dissociação e do valor, tomando por base a própria teoria de Postone, para fazer jus à situação social actual. É preciso satisfazer o particular, o não-idêntico para que não se volte a subsumir tudo ao valor, ou ao capital, como determinação da forma abstracta. Nessa medida, também a própria dissociação-valor, como forma fundamental, não pode voltar a ser colocada como absoluto. Pelo contrário, a crítica da dissociação e do valor, com a capacidade de pensar contra si mesma, tem de tematizar também outros momentos do não-idêntico, e assim formas de discriminação como o racismo, o anti-semitismo e o anticiganismo do mesmo modo que o sexismo, e também ainda admitir o Outro tecido “de outra maneira” que mesmo aí não fica absorvido. [...]. Em suma, fundamentalmente, isso significa que tem de se tentar a aproximação à coisa de que se trata através dum pensamento em constelação, que não omite a dimensão do valor, mas também não a hipostasia na lógica da dedução (SCHOLZ, 2010, p. 16).

Postone se faz presente no argumento devido a sua importância na recuperação da crítica do valor, explicitando o carácter ontológico do trabalho no marxismo tradicional. Além disso, compreende a dimensão do valor só pode ser desvelada pela práxis social (SCHOLZ, 2010, p. 13) vinculada a uma crítica imanente da sociedade. Assim, o valor não está escondido e inacessível pelo conhecimento, mas como uma forma específica de relação entre a atividade humana e tempo. Sua exposição revela um entendimento

da teoria em sua inseparável relação com a constituição histórica da realidade e do conhecimento:

A ‘determinação feita por Marx da magnitude do valor supõe uma teoria sócio-histórica da formação do tempo matemático absoluto, como realidade social e como conceito’ (...). Por outras palavras, o plano do pré-conhecimento estruturado, que para Kant é uma condição *a priori* do conhecimento, é aqui tratado como socialmente constituído. A teoria de Marx da constituição social procura suplantar o que Hegel percebera como o círculo fechado da epistemologia transcendental kantiana – a pré-condição do conhecimento é poder conhecer (a faculdade de conhecimento) – sem contudo recorrer à ideia hegeliana de conhecimento absoluto. A teoria de Marx analisa a condição para o autoconhecimento implicitamente como social (ou seja, para conhecer explicitamente é preciso já se ter conhecido) (...) A crítica de Marx, portanto, não implica qualquer epistemologia em sentido próprio, mas sim uma teoria da constituição de formas sociais historicamente específicas, que são formas simultaneamente de objectividade e de subjectividade social (POSTONE, 2003, p. 332 *apud* SCHOLZ, 2010, p.13).

Postone produz ainda uma importante crítica a Escola de Frankfurt que em suas análises do estado nazifascista alemão, em especial os escritos de Friedrich Pollock, aponta uma burocratização e dominação do processo produtivo pelo Estado, com uma ruptura com o capitalismo liberal e suas formas fundamentais na consolidação de um capitalismo de Estado. No entanto, tal concepção esconde “a forma basilar do valor, ou do capital, e a sua dinâmica; continua a prevalecer sempre uma ontologia do trabalho implícita” (SCHOLZ, 2010, p. 14). Assim, o autor é apresentado por Scholz como fundamental na elaboração da crítica do valor, principalmente pela “diferenciação [...] das duas dimensões de tempo no capitalismo, o tempo linear abstracto da economia empresarial e o tempo histórico

concreto do desenvolvimento dinâmico” (SCHOLZ, 2010, p. 15). Entretanto, sua compreensão dos atuais movimentos sociais transfigurados profundamente a partir dos anos 1970 como uma espécie de substitutos a antiga tradição de luta de classes vinculada ao movimento operário causa uma ruptura em relação as elaborações presentes nos autores do EXIT!.

A partir da perspectiva actual, seria de historicizar também, por sua vez, a própria abordagem de Postone, precisamente se pensarmos hoje também na queda das novas classes médias. A situação social mais uma vez modificada e o actual cenário de *crash* da economia mundial devem ser pensados incondicionalmente juntos. Para isso, e não em último lugar também por isso, as teses de Postone são insuficientes porque, diferentemente, por exemplo, de Kurz, lhe faltam completamente as reflexões relativas ao limite interno histórico da valorização do capital e à teoria da crise em geral. Postone vê nos movimentos feministas e nos movimentos das minorias a oportunidade de conseguir uma nova universalidade, que não volte a submeter o particular (por ele considerado ligado à dimensão do valor de uso) e que não tenha nada a ver com a falsa igualdade da forma da mercadoria. Ele compara aqui uma universalidade homogênea com uma universalidade que não é homogênea e já deve existir no capitalismo, ainda que numa forma alienada (SCHOLZ, 2010, p. 14).

Portanto, para Scholz, há uma necessidade de superar a concepção do valor ou da luta de classes como elemento que tudo submete e controla, tendo em vista a centralidade do valor-dissociação na totalidade concreta, bem como sua relação com a crise do capital. Isto significa que a “a dissociação do feminino não é simplesmente o não-idêntico (mais uma vez ontologizado), mas sim a maneira como momentos do feminino são tornados utilizáveis precisamente através da exclusão” (SCHOLZ, 2010, p.17). Enquanto

o não-idêntico é aquele que está fora, a dissociação não faz parte da forma valor, mas sim da constituição da totalidade concreta cuja forma social é a relação dialética entre valor e dissociação sexual.

Pensamento em constelação: individualismo metodológico, capitais individuais e autonomização

Pretendemos apresentar mais algumas questões ligadas a relação entre o particular e o universal, mediadas pelo valor-dissociação, o que aponta a necessidade de constituir um *pensamento em constelação* (BENJAMIN, 2009) que reconhece a forma social e que sua relação com a totalidade concreta promove visões parciais que aparentam explicar a realidade por meio de um movimento individual de partes que se sobrepõe, se acumulam e disputam entre si os rumos da reprodução social. Essa constelação se refere ao processo de autonomização das formas do capital e das demais formas que compõe a totalidade concreta, como a terra e o trabalho, nos termos da fórmula *trinitária* marxiana. Os capitais individuais estão em constante movimento por meio da concorrência. Isso significa que o movimento de produção, circulação e acumulação aparecem sempre separados como se fossem motivados e submetidos somente às capacidades desses capitais de investir, compreender o mercado e suas possibilidades, bem como de prever seus movimentos. O mesmo vale para o capital industrial, comercial, bancário. Essa separação demonstra a posição de interpretação da economia política, como movimento contínuo de escalas articuladas, entre a micro e a macroeconomia. Aqui aparece a economia nacional e as escalas de gestão estatal do território e sua articulação com o capital, sendo a transformação do Estado desde os anos 1970 frequentemente apresentada por meio do conceito de neoliberalismo. O momento

neoliberal, no entanto, não é somente uma aceleração da desigualdade e certamente não é a retomada da violência anterior da acumulação primitiva, mas um processo qualitativamente novo de destituição dos pressupostos que organizam essa sociabilidade constituída pela forma social supramencionada. Trata-se, portanto, de um processo de dissolução do capital e de todos os elementos que o compõe. O que não significa mais ou menos Estado, para voltar ao argumento neoliberal, mas uma mudança substancial do próprio sentido do Estado nacional, pois:

Se a nação foi inventada somente no curso da história da modernização capitalista, então, no fim dessa história, ela explodiu em seu próprio interior – a economia fora de controle do capitalismo de crise, que faz explodir a “bela máquina”, destrói seu próprio sistema de referência também nesse aspecto. [...] Ela foi, desde o princípio, um constructo manchado de sangue da concorrência capitalista, da repressão social e da exclusão em todos os sentidos. Essa forma distorcida de um falso “nós” serviu sempre para a desorientação e domesticação dos movimentos sociais, a fim de vincular as vítimas da “bela máquina” por uma lealdade irracional. No entanto, a retirada do Estado, ou seja, a decomposição da nação em um cego “processo natural” do capitalismo de crise, não leva à liberdade social, mas aos horrores da dessocialização. No lugar do destrutivo “nós” nacional não surge nenhuma forma social nova, mas apenas o regime de terror econômico da economia empresarial e suas consequências. [...]. A nação não é positivamente superada por meio de uma consciência social da sociedade mundial, explodindo em grande medida em face dos enormes choques em todos os níveis sociais, como uma ruptura de barragens, um grande deslizamento de terra ou um terremoto. Portanto, a assim chamada “globalização”, uma palavra-chave dos anos 1990, descreve de fato um processo real no nível da manifestação; trata-se, no entanto, de um falso conceito quando quer designar uma mera mudança estrutural no capitalismo “eterno”, quando, na

realidade, a crise categorial da nação destrói a estrutura da modernização. Pois o capitalismo não pode viver sem a coerência nacional que agora está sendo dissolvida pela “mão invisível”; as várias explicações ingênuas de [seus] proponentes só podem reconhecer um novo progresso burguês em um mundo supostamente “sem limites” (KURZ, 1999, p. 1.)

Temos uma ruptura no capital, o que implica mudanças na totalidade concreta. Se o capital muda nossa abordagem ao interpretá-lo também deve ser alterada. Partindo da discussão de Scholz, retomamos um elemento por ela apresentado para articulá-lo com a crítica de Robert Kurz ao *individualismo metodológico*, buscando apontar quais as implicações disso para a pesquisa da crise do capital no interior da geografia.

A dedicação de Walter Benjamin, cuja pesquisa entre 1927 e a sua morte, ocorrida em 1940, ao projeto das passagens nos apresenta “apenas os lampejos” (BENJAMIN, 2009, p. 499). Esses manuscritos não entregam nenhuma formulação óbvia sobre qual seria seu objetivo central. Os escritos de Benjamin sobre o conceito de história indicam uma influência pronunciada na constelação elaborada por Adorno em sua *Dialética Negativa*. Alguns aforismos presentes na edição das Passagens trazem importantes vestígios de um pensamento em constelação que considera os limites do próprio conhecimento no interior de uma teoria da história não evolutiva.

O “caderno N” do livro das *Passagens* (2009) se mostra como um compêndio de discussões sobre teoria do conhecimento, apresentando diversas categorias fundamentais para a elaboração de uma teoria da história de Walter Benjamin. Este caderno está cravejado de citações emblemáticas, que procuram apresentar o pensamento do autor por meio das vozes construindo e reconstruindo a história do século XIX. A transformação como força motriz da

história parece central nas seleções textuais de Benjamin, bem como nos relances que a própria exposição do autor nos oferece. Em um desses a tradição e sua manutenção são tratados como uma aparência. Entretanto, “é a permanência desta aparência de permanência que cria nela a continuidade” (BENJAMIN, 2009, p. 528). Um texto como este fornece substrato para a compressão de sua crítica ao progresso. Aqui a história é a *permanência da aparência* onde a concepção de um progresso contínuo, fruto das ciências naturais e da naturalização da própria concorrência, cria uma sensação de *continuum* que não permite ver nuances e compreender rupturas no rumo da história. É uma história vazia, dos fatos e eventos. A origem não remete a um processo, que continua depois que acaba e começa antes de iniciar, mas a um evento. Um *big bang* da história humana, em contínua expansão e progressão. Assim, o *desenvolvimento das forças produtivas* e seu movimento tautológico no interior do capital aparece como evolução, progresso técnico contínuo do ser humano. Dessa forma,

O materialismo histórico não aspira a uma apresentação homogênea nem tampouco contínua da história. Do fato de a superestrutura reagir sobre a infraestrutura resulta que não existe uma história homogênea, por exemplo, a história da economia, nem tampouco existe uma história da literatura ou do direito. Por outro lado, uma vez que as diferentes épocas do passado são tocadas pelo presente do historiador em graus bem diversos (sendo muitas vezes o passado mais recente nem sequer tocado pelo presente; este “não lhe faz justiça”), uma continuidade da **apresentação** histórica é inviável (BENJAMIN, 2009, p. 512).

Apresentação é um conceito central na obra de Marx. O movimento dialético entre apresentação e representação permite a

constituição de relação de equivalência entre valor e valor de uso, posto que o valor de uma mercadoria se apresenta no valor de uso de outra e este passa a representar o valor da primeira. O mecanismo que permite essa relação é a constituição de uma forma de mediação – a forma mercadoria – cujo fundamento é o trabalho como tempo de trabalho socialmente necessário e sua exploração. Aqui emerge a forma do valor, que se constitui na apresentação do trabalho abstrato no trabalho concreto por meio do tempo de trabalho socialmente necessário. Isso implica, portanto, um núcleo temporal específico que constitui as mediações na sociedade em que o capital ganha centralidade. Ou seja,

É importante afastar-se resolutamente do conceito de “verdade atemporal”. No entanto, a verdade não é – como afirma o marxismo – apenas uma função temporal do conhecer, mas é ligada a um núcleo temporal que se encontra simultaneamente no que é conhecido e naquele que conhece. Isto é tão verdadeiro que o eterno, de qualquer forma, é muito mais um drapeado em um vestido do que uma ideia (BENJAMIN, 2009, p. 509).

Os diversos escritos de Benjamin sobre a produção artística da virada de século e sua crítica à obra literária remontam a sua concepção de teoria do conhecimento e teoria da história. Fica evidente sua intenção de extrapolar o seu método por meio da relação dos elementos históricos específicos e sua relação com o materialismo histórico dialético:

Este estudo, que trata fundamentalmente do caráter expressivo dos primeiros produtos industriais, das primeiras construções industriais, das primeiras máquinas, mas também das primeiras lojas de departamentos, reclames, etc., torna-se com isso duplamente importante para o marxismo. Primeiramente, o estudo apontará de que maneira o **contexto no qual surgiu a doutrina**

de Marx teve influências sobre ela através de seu **caráter expressivo**, portanto, não só através de relações causais. Em segundo lugar, deverá mostrar sob que aspectos também o marxismo compartilha o **caráter expressivo dos produtos materiais** que lhe são contemporâneos (BENJAMIN, 2009, p. 502).

A maneira como o pensamento crítico pretende se aproximar do objeto, portanto, possui uma forma específica, qual seja, a da própria forma dos produtos materiais de nosso tempo. Trata-se de uma aproximação, de um caminhar em meio aos lampejos. Benjamin deseja se desviar da tradição científica e com isso ir além das simples relações causais, pois “o que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota. - Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo – que, para outros, perturbam as ‘grandes linhas’ da pesquisa” (BENJAMIN, 2009, p. 499). Sua preocupação com a apresentação e com o caráter expressivo do estudo das passagens não é um floreio ou desejo estético particular, mas sim a elaboração capaz de dar conta da diversidade das particularidades e de sua forma material comum. Para tal, sua preocupação com a montagem dos resíduos presentes nos diferentes textos e formulações remete aquilo que considera fundamental no método de Marx, onde “seu fundamental não é o progresso, e sim a atualização” (BENJAMIN, 2009, p. 502). A montagem aparece, pois, permite que possamos “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão. E, mesmo, descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” levando a “romper com o naturalismo histórico vulgar”. São esses “resíduos da história” (BENJAMIN, 2009, p. 502-503) nos quais residem o ponto de contato entre forma social e totalidade concreta. Aqui são apresentadas diversas críticas fundamentais para a

atualidade da crítica do capitalismo, como a constatação de que “a superação dos conceitos de ‘progresso’ e ‘época de decadência’ são apenas dois lados de uma mesma coisa” (BENJAMIN, 2009, p. 503) – o que aponta para uma crítica à concepção de atraso e moderno como chave explicativo da história do capital – ou a transformação do desenvolvimento técnico acelerado próprio do movimento contraditório do capital em sua ânsia de acumulação em um movimento contínuo, onde esse processo se consolida em um hábito, como parte integrante do movimento constante e contínuo da existência e desfazendo seu nexos com a história e seus acontecimentos. Assim, “num primeiro momento, de fato, a novidade tecnológica produz efeito somente enquanto novidade. Mas logo nas seguintes lembranças da infância transforma seus traços”. Esse movimento no qual “cada infância realiza algo grande e insubstituível para a humanidade” não só infla o mundo de máquinas, aparatos e apetrechos tecnológicos diversos, mas também “liga as conquistas tecnológicas aos mundos simbólicos antigos” (BENJAMIN, 2009, p. 503). A força desse movimento é tão enorme que sufoca a própria origem e o processo de constituição, com suas formas e sentidos particulares, subsumindo tudo ao movimento da história e do progresso humano. Temos aqui uma ruptura histórica. Como define Benjamin:

O momento histórico primevo no passado não é mais encoberto, como antes – isto também é uma consequência e uma condição da tecnologia –, pela tradição da Igreja e da família. O antigo horror pré-histórico já envolve o mundo de nossos pais porque não estamos mais ligados a esse mundo pela tradição. Os universos de memória decompõem-se mais rapidamente, o elemento mítico neles contido vem à tona mais pronta e brutalmente, de maneira mais veloz deve ser erigido um novo universo de memória, totalmente diferente e contraposto ao

anterior. Eis como o ritmo acelerado da tecnologia se apresenta do ponto de vista da história primeva atual (BENJAMIN, 2009, p. 504).

O estudo de origem realizado pelo pensador alemão acerca do drama barroco o auxilia no estudo das *Passagens*, pois este persegue “a origem das formas” que desembocam nas próprias *Passagens*. Daí ele apreende os fatos econômicos. Estes, no entanto:

do ponto de vista da causalidade – ou seja, como causas –, não seriam fenômenos originários; tornam-se tais apenas quando, em seu próprio desenvolvimento – um termo mais adequado seria desdobramento – fazem surgir a série das formas históricas concretas das passagens, assim como a folha, ao abrir-se desvenda toda riqueza do mundo empírico das plantas (BENJAMIN, 2009, p. 504).

As *imagens dialéticas* (BENJAMIN, 2009) podem ser apresentadas – nos termos da teoria do valor-dissociação –, portanto, como aquelas capazes de demonstrar a forma social que a produz mesmo em sua diversidade e particularidade, num lampejo ou vislumbre, de uma totalidade que aparece somente de forma parcial ou fragmentada, como Marx define ao tratar de sua fórmula trinitária ou quando apresenta os embates dos capitais individuais na disputa pela definição do preço, sendo que todos já entram no jogo do mercado com um preço *a priori* que nunca pode ser precisado de forma exata diante de sua capacidade individual de investimento de capital, estando constantemente sujeito às mudanças da concorrência e tentando perceber em alguns vislumbres ou lampejos a melhor maneira de se colocar acima na capacidade de apropriação da mais-valia socialmente produzida. A legibilidade das imagens está vinculada a uma ponte entre o tempo do ocorrido e o agora. A relação entre aparência e essência no capital é fundamental, não no sentido de encontrar um fundamento essencial, trans histórico e

ôntico no próprio movimento da forma, mas para compreendê-la em suas *formas de apresentação e representação* (GRESPLAN, 2019), pois a própria reprodução ampliada do capital é a reprodução de sua aparência de autonomia – de todas as partes que o compõem e que estão cindidas do seu movimento interno – materializada na sua expansão espacial contínua e em sua atual crise. Nada expressa isso de maneira mais evidente que a capacidade do dinheiro – como representação do capital – de se transformar em mais dinheiro com uma promessa futura, que fica cada vez mais distante e improvável, de equiparar o montante de dinheiro representado valor e o processo real de valorização do valor, sendo responsável pela simulação de um processo de acumulação e a formação de bolhas através do desacoplamento entre dinheiro e produção real. Ou seja, esse processo de acumulação simulada deixa rastro reais de violência e destruição. Este processo também se refere a noção de individualismo metodológico, que pretende superar a transposição de elementos residuais em outras formações sociais como comuns ou similares a seu aparecimento na sociedade moderna.

O apego de Marx à “metafísica do progresso de Hegel” e sua “ideia de uma ‘unidade do lógico e do histórico’ como desenvolvimento trans histórico do valor” (KURZ, 2014, p. 56), tomada como “apogeu provisório” dessas formas num movimento evolutivo é um dos elementos em comum dos escritos benjaminianos e do individualismo metodológico. Este pretende explicitar os limites históricos do capital e de suas formas, posto que assim como tais formas possuem uma origem que precedem a totalidade concreta do capital; são também formas desenvolvidas por processos historicamente circunscritos à modernidade capitalista, não cabendo procurar vínculos supra-históricos entre o trabalho e formas de atividade anteriores. Para isso

aparecem elementos que existiam em outras formações sociais e que aparentam manter-se, pois possuem denominações e alguns sentidos comuns, mas seu papel e a lógica que os organiza é alterada. Não à toa Benjamin aponta a importância da teologia e da filologia (BENJAMIN, 2009, p. 503) no estudo da modernidade, considerando o universo das aparências e representações e dos resíduos e relocalizações de termos anteriores vestidos e revestidos de sentidos outros, posto que as imagens dialéticas são encontradas na linguagem (BENJAMIN, 2009, p. 504). Tal concepção ultrapassa a constituição etimológica, pois é responsável por embasar interpretações lineares e isentas de ruptura. Isso vale para as inúmeras análises do marxismo tradicional, cujas mudanças de forma do valor e da troca são expressões de sucessões históricas, tratando o primeiro capítulo d'*O capital* como uma espécie de pré-história do capitalismo. No entanto:

Se a cada passo lógico da análise da forma do valor corresponder uma <forma objectiva de existência> histórica própria e uma <forma objectiva de pensamento>, então também podemos falar de uma <forma de acção> prática – é Haug, precisamente, quem, no seu entendimento <praxeológico>, chama insistentemente a atenção para este ponto. Assim, da sucessão lógica ou desenvolvimento sequencial, das <formas embrionárias> do capital resultariam outras tantas formas de acção lógica que, na prática, se podem isolar como fenômenos independentes. Com efeito, uma forma de acção pode ser observada isoladamente e, por assim dizer, escalpelizada sem que se tenha em conta, em simultâneo, contexto social e histórico, que é o único em que existe. Estamos, pois, perante um aspecto do modo de proceder teórico designado por <individualismo metodológico>, o qual é própria da filosofia e das ciências burguesas no seu todo e, de modo especial, da economia (KURZ, 2014, p. 55).

Esse modo teórico de proceder próprio da subjetividade e da ciência moderna tem um papel central na ilusão de controle e capacidade de interferência das partes do capital no movimento de seu todo, pois:

Nesta medida, o individualismo metodológico consiste, no essencial, em pretender expor e explicar uma lógica abrangente e determinante para um todo com base no caso individual e isolado, que então figura como <modelo>, entendendo-se como tal não apenas ações individuais definidas como <fundamentais>, mas também formas estruturais, designadas por <embrionárias>, ou partes elementares tratadas como algo idealmente individual (KURZ, 2014, p. 55).

O problema central, que pode ser visto de forma extensa em diferentes campos de pesquisa, nos escritos de Kurz é a transformação do dinheiro nas diferentes sociedades e no próprio capital.

A crítica ao individualismo metodológico é uma crítica à concepção modelar própria às ciências, na qual uma “lógica isolável, que pode ser representada com recurso ao caso individual, <existe> independentemente do seu grau de determinação de um todo” (KURZ, 2014, p.59). Se partirmos de uma compreensão dialética do mundo e sua realidade “a lógica de uma forma de relação só <existe> a partir do momento em que já determina, em grande medida, um todo”, ou seja, “o caso individual deve derivar da lógica deste todo e, assim sendo, não fornece – agora mais do que nunca – nenhum <modelo>, visto que o todo possui uma qualidade própria, a determinante” (KURZ, 2014, p. 59). Portanto, “uma parte ou um momento, ao surgirem de modo aparentemente idêntico ou similar em situações históricas diversas e sem a qualidade específica do todo, nunca possam ser identificados como lógica idêntica do elemento individual” (KURZ, 2014, p. 59). Isto implica que tanto a mercadoria,

o dinheiro – como forma específica e especial de mercadoria – como o valor são elementos indissociáveis da forma social capitalista, mesmo que haja algum tipo de troca comercial anterior à generalização do capital. O mesmo vale para o dinheiro, item presente em formações sociais diversas, mas com um papel diverso e, em geral, contingente e sempre nas bordas das sociedades. Dessa maneira:

voltamos inevitavelmente ao problema do individualismo metodológico, agora na sua dimensão histórica. A acção ou forma elementar individual, supostamente <ideal-típica>, é considerada independentemente da sua constituição por um todo social de âmbito muito mais alargado, o que, no que respeita quer ao contexto de mediação contemporâneo quer ao significado na história, conduz a uma definição errônea, assente na lógica da identidade. O problema de fundo consiste, pois, no facto de o <dinheiro> ser definido, primeiramente, como uma categoria isolada e, em segundo lugar, de forma conexas, como uma categoria sempre igual, mesmo em circunstâncias históricas muito diversas, residindo a única diferença, supostamente, no grau de <desenvolvimento>. É nisto, precisamente, que se revela o aspecto genético-histórico do individualismo metodológico: as categorias são entendidas com base no decurso de uma acção isolada e de um modo estrutural e historicamente <descontextualizado>, ou seja, errôneo (KURZ, 2014, p. 58).

As interpretações da história como processo contínuo de desenvolvimento podem caminhar na direcção da extrapolação dessa *forma nicho* (KURZ, 2014) do dinheiro – que pode aparecer em outras formações sociais – como um momento pré-histórico da actualidade e invariante quanto à sua forma de ser e funcionar, modificado apenas de maneira externa por meio das superestruturas sociais. Tudo isso leva as análises para uma naturalização do trabalho, do valor e dos produtos do trabalho – as mercadorias – como invariantes formais e

variáveis historicamente por meio dos arranjos externos de poder e exploração, transformando o “poder” e a “luta de classes” nos motores que modificam e conformam as diferenças de recortes diversos feitos na história das civilizações humanas. Além disso, o problema do individualismo metodológico implica numa má compreensão acerca da crise e dos próprios limites internos do capital, pois:

o capital é, portanto, o objecto autonomizado da acção fetichista dos sujeitos, que apenas por isso o são, e nesta autonomização inverte-se a relação ideologicamente suposta: não é o objecto que é trabalhado pelos sujeitos; pelo contrário, é a estes próprios que ele <trabalha>, e é exactamente por isso que se torna o <sujeito automático>, do qual os sujeitos funcionais empíricos apenas são os objectos. A intencionalidade <livre> no plano micro converte-se num exercício mecânico da objectividade no plano macro, por um lado, e num modo irracional de reagir (ideologia) a este processo e aos seus resultados, por outro. Nesta inversão estão necessariamente lançadas as bases da crise, uma vez que o <sujeito automático> nem pensa nem age enquanto tal, não sendo outra coisa senão a forma cega que se encontra *a priori* na base da acção humana; mais concretamente, é a forma de um movimento, de um processo dinâmico a que a concorrência universal intrínseca a essa forma obriga. Não é apenas o resultado empírico, mas a lógica interna da acção que, na sua autonomização reificada face aos agentes, se desenvolve como um poder transcendental próprio que lhes deve parecer uma fatalidade (KURZ, 2014, p. 237).

A relação entre a forma social fundamental e a totalidade concreta é imanentemente crítica, o que nos indica a necessidade de formular a relação de produção e reprodução do capital como uma série de momentos descompassados e negativos entre si, movidos sempre pela força contraditória do processo de generalização do capital global até o momento onde se encontra como um limite objetivo construído às costas do sujeito automático e do indivíduos,

que vem a crise e o colapso da modernização como **fatalidade** ou força sobrenaturais. Isso encaminha a parte final de nossa argumentação, buscando compreender a relação disso com a maneira como podemos pesquisar tendo em vista esse panorama crítico e quais as implicações desse processo para a dinâmica de articulação dessas escalas. Nos termos da teoria do valor-dissociação, qual a importância das dinâmicas internas de cada escala em sua mobilização pela forma social e consequências no tecido da totalidade concreta. O que podemos ver a partir de certos pontos dessa constelação?

Totalidade concreta em constelação e o desenvolvimento desigual da crise

O capital desenvolve suas próprias formas de tempo e espaço, historicamente determinados pelas necessidades materiais de reprodução contraditória ampliada. Isso significa que as diferentes formas particulares são, de fato, peculiares. No entanto:

Se o que define a essência (negativa) das particularidades da sociabilidade capitalista é o movimento histórico da mediação social como totalidade, que só pode ser acessada por meio de suas partes (as quais assim contêm aquela), a formulação radicalmente crítica deve, assim, mediar tanto a determinação atual da forma social como simulação de valorização do valor pelo capital fictício (em seu momento de determinação pela inflação dos títulos de propriedade formando as bolhas financeiras), quanto aquilo que a própria particularidade em sua forma expressa (PITTA, 2020, p. 105).

Significa, portanto, que a compreensão espacial do capital passa pela relação entre o *desenvolvimento desigual* (SMITH, 1988)

do capitalismo, onde a dinâmica entre diferenciação e equalização não se reflete somente na produção do espaço, mas no movimento contínuo do capital que se expande interna e externamente até seus limites e sua crise. Ou seja, a expansão espacial da forma social é a expansão de sua crise após o colapso. Não é possível nos remeter as diferentes sociedades e Estados nacionais através de chaves tradicionais como atraso e moderno ou desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois estas expõem uma concepção evolutiva da história do capital – e também da própria humanidade – que desconsidera o fundamento contraditório da forma social e sua imanente crise. Esse é o pano de fundo da elaboração de Neil Smith. Entretanto, apesar de sua relevância e pertinência em descrever como o capital se consolidou **apesar** e **através** dessas diferenças culturais e sociais, há que se considerar que o âmbito da reprodução ampliada e global do capital é a constituição de uma totalidade concreta articulada pelo *valor-dissociação* e, portanto, produzida por uma forma social contraditória que em sua tentativa de alcançar todos os momentos da reprodução social produz formas separadas – e autonomizadas – que a reproduzem, mesmo que **pareçam** completamente dissociadas do processo de valorização do valor. O recurso a constelação de Benjamin e suas imagens dialéticas se refere a uma tentativa de reconhecer os limites do próprio conhecimento, pois estamos diante de um processo contínuo de fetichização das relações sociais. A autonomia das formas de representação do capital se aprofundou de tal maneira que um desses momentos é capaz de simular o processo de acumulação que já se esgotou.

Esse processo de desmantelamento social, de contínua reprodução das formas fetichistas de dominação abstrata é muito

mais amplo, pois não se expande somente de maneira “interna” - nos termos do valor ou de sua promessa futura – mas também de maneira “externa” – por meio dos elementos dissociados do valor que constituem o patriarcado capitalista. Em seus termos, a passagem do fordismo para a forma flexível de produção impõe também uma nova forma de articulação dessa relação de gênero:

No pós-fordismo, com a revolução microeletrônica e os processos de globalização, estes próprios desdobramentos da relação do valor-dissociação, as instituições da família e do trabalho remunerado se dissolvem. [...] As relações de gênero no patriarcado capitalista asselvajam-se de verdade. O homem como ganha-pão da família e a mulher como dona de casa tornam-se obsoletos. As relações de gênero são agora aparentemente individualizadas, as mulheres são “duplamente socializadas” (cf. Regina Becker-Schmidt), isto é, são igualmente responsáveis pela família e pela profissão, mesmo se agora são liquidados os trabalhos de reprodução cada vez mais profissionalizados, por sua vez também por mulheres. Os homens “são transformados em donas de casa” (cf. von Werlhof), na medida em que se movem em relações de emprego precárias. Tendencialmente **manifestam-se também no “Primeiro Mundo” relações que conhecemos das favelas dos países do “Terceiro Mundo”**. As mulheres educam os filhos com a ajuda de familiares mulheres e de vizinhas, os homens vêm e vão, sendo amiúde também sustentados pelas mulheres. [...] As mulheres têm agora de reproduzir uma sociedade que de fato já não pode ser reproduzida, na decadência do patriarcado capitalista, sendo que os homens, com a tendência a “tornarem-se donas de casa”, frequentemente se desresponsabilizam. **Nisto a situação das mulheres no Terceiro Mundo ou na Europa de Leste apresenta-se sem dúvida mais dramática do que na Alemanha** (SCHOLZ, 2019, p. 138-139).

Aqui emerge a concepção de escala da crise, com uma espécie de modernização retardatária às avessas, onde não se trata mais de

alcançar o centro, mas perceber os processos diferenciais de crise, tendo em vista que o futuro é aquele antes tratado por atraso. E o valor-dissociação é um par dialético fundamental para compreender o processo de produção e reprodução dessas relações, pois “desde o início constituiu o todo fetichista e o ‘movimento em si’, justamente porque a dissociação do feminino é simultaneamente exterior à relação de valor (de mais-valia)” (SCHOLZ, 2019, p. 139).

Um dos problemas desse processo que estamos descrevendo, qual seja, a transposição de elementos da modernização para um campo etéreo e idealista é o tratamento, na tradição do pensamento geográfico, aos elementos naturais na organização do espaço e dos fatores locacionais fundamentais,

O princípio da vantagem natural, a que aderiram os geógrafos comerciais e regionais tradicionais, afirma explicar mais do que faz de fato. No final, tais explicações da concentração e da centralização econômica são somente meias-verdades. Elas podem explicar adequadamente, e, geralmente o fazem, o desenvolvimento inicial num certo lugar, mas de modo algum explicam a quantidade ou a qualidade do desenvolvimento subsequente. A realidade atual da cidade de Nova Iorque, um símbolo impressionante da produtividade da atividade humana, desde há muito tempo superou qualquer explicação naturalística baseada na estrutura rochosa ou na acessibilidade física. Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois

as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores (SMITH, 1988, p. 157).

Adentramos, aqui, no imbróglio entre espaço e tempo no capitalismo. A consolidação de uma ideia de progresso está alinhada com concepções de tempo e espaço homogêneas. Por isso, não é possível retomar o colonialismo ou a acumulação primitiva, bem como superar uma condição de atraso cuja referência deixou de existir, ou ainda, nunca existiu realmente se considerarmos a forma simultânea de desenvolvimento do capitalismo no centro e na periferia. Temos uma articulação específica entre uma modernização que atingiu seu limite – como é o caso da ilusão da perpetuação do Estado de bem-estar na Europa – e uma modernização retardatária, cuja chegada é dada pelo dismantelamento do centro e não pela ascensão da periferia aos céus da modernidade. Se considerarmos a realidade brasileira, nação forjada e imaginada a partir da sensação de que há um futuro melhor por vir, o que seria um sinônimo da saída do **atraso em direção ao moderno**, algo que já estava traçado para ocorrer na próxima curva com “o país do futuro”; tal interpretação é produzida pela contradição entre diferenciação e equalização na produção do espaço, onde:

as tendências contraditórias para a diferenciação e para a igualização determinam a produção capitalista do espaço. Em ação, essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 149).

Trata-se de um movimento dialético entre a generalização da forma de produção e circulação do capital, que demanda e constrói elementos comuns e presentes em todos os lugares, como o

assalariamento, a liberdade jurídica de compra e venda e a propriedade privada; e a divisão territorial do trabalho, produzindo diferenças espaciais profundas em níveis multiescalares que podem ser exemplificadas pela cisão cidade-campo, as diferenças regionais dentro dos estados nacionais e a própria escala mundial das diferenças nacionais. Ao se espalhar e produzir uma sociedade com cada vez mais similaridades e padrões nos termos da economia política e com enormes disparidades socioespaciais, o *desenvolvimento desigual* aparece como base de partida para compreender as mudanças no capitalismo no século XX, especificamente, suas características dos anos 1970 em diante. Entretanto, Smith incorre em problemas similares aos apresentados pela compreensão de Milton Santos, na qual a rede articulada de escalas só pode ser observada como consequência de um processo causal de expansão deliberada dos interesses do capitalismo central, desmantelando uma análise radical acerca desse processo. Trata-se, em última instância, de uma reedição do imperialismo diante do capitalismo financeirizado e especulativo nos mesmos termos de Ruy Moreira. Consideramos que tal elaboração possui dois importantes problemas.

O primeiro se refere a própria concepção de escala, apresentada no pensamento geográfico como ponto de partida de uma pesquisa ou mesmo um “recorte” espacial na tentativa de delimitar um fenômeno. Assim, ao tratar de assuntos referentes ao planejamento urbano de uma região metropolitana ou a poluição de uma bacia hidrográfica nos vemos diante deste entalhe espacial que impede qualquer compreensão mais ampla dos processos. Ainda que exista essa preocupação e esforço no processo de pesquisa estamos diante de tentativas de traçar simples nexos causais que explicitem

como aquilo a ser estudado ocorreu. Não se trata de traçar uma simples correlação entre o mercado financeiro internacional e o interesse nos patamares de renda da terra urbana em uma área metropolitana, mas de compreender que tudo aquilo que delimita os esforços de capitais locais, dos governos municipais e da sociedade civil envolvida pelo processo de *dessubstancialização do capital* e, portanto, a tentativa de explicar um fenômeno de forma hermética e autorreferente somente irá reforçar o individualismo metodológico e a impossibilidade de compreender a realidade em sua contraditória complexidade. Como demonstrou Pitta em sua extensa e profícua elaboração sobre a crise brasileira “a determinação da simulação de acumulação capitalista pelo capital fictício e constituição dos mercados de securitização de dívidas e dos mercados secundários, [...] passam a determinar a própria produção, troca e consumo das mercadorias” (PITTA, 2020, p. 109). Dessa maneira, o que aparece como crescimento econômico no Brasil no início do século XXI foi “uma simulação fictícia de acumulação capitalista [...]. Esta apareceu como crescimento econômico e foi entendida como valorização produtiva de valor” (PITTA, 2020, p. 115). Esse movimento, no qual o dinheiro circulante simula um capital para movimentar o processo de produção de mercadorias, produz também uma corrida na direção de títulos de propriedade, sejam eles *commodities* vendidas nos mercados de futuro, dívidas públicas securitizadas ou derivativos oriundos da securitização do mercado imobiliário – caso da crise de 2008 nos EUA descrita por Anselmo Alfredo (2010) – produzindo uma *bolha* (PITTA, 2020) que simula por um período limitado um processo real de valorização. Portanto,

As formulações acerca do atraso da economia brasileira em relação ao nível de produtividade do

capitalismo mundial [...] continuam apegadas a um paradigma modernizador, processo mesmo que conduziu ao momento de crise das categorias do capital e ao aprofundamento da contradição capital (dinheiro e meios de produção) e trabalho (valor) a um patamar histórico único. Mesmo que seja possível argumentar que em relação a alguns setores produtores de mercadoria o Brasil perca na concorrência em relação ao nível de produtividade de outros países e setores, isso não quer dizer de forma alguma que o aumento da composição orgânica dos capitais, no que diz respeito à própria economia brasileira, não tenha determinado a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo de valor, dessubstancialização e crise do trabalho nacionalmente falando. Nenhuma defesa de uma suposta continuidade dos processos de desenvolvimento das forças produtivas e da modernização, seja para fazer o Brasil superar supostas diferenças nos patamares de desenvolvimento das forças produtivas de seus capitais na concorrência internacional, seja para garantir a distribuição dos meios de produção para os trabalhadores por meio do socialismo, lidaria com os fundamentos do processo que descrevemos até aqui, a saber, o de uma simulação fictícia de acumulação capitalista no Brasil no século XXI. Esta apareceu como crescimento econômico e foi entendida como valorização produtiva de valor pela totalidade dos autores que apresentamos anteriormente, simulação que é momento da mediação do Brasil na crise fundamental do capital em razão da crise do trabalho (presente no capitalismo brasileiro e mundial), crise esta desdobrada dos próprios processos de desenvolvimento das forças produtivas inexoráveis e imanentes à própria sociabilidade capitalista (PITTA, 2020, p. 114-115).

O processo de endividamento generalizado – tanto dos Estados como dos capitais privados – deve ser compreendido no interior dessas mudanças ocorridas, reflexos do próprio desenvolvimento contraditório do capital. O período após a Segunda Guerra mundial foi um momento de expansão do capitalismo em todos os sentidos possíveis, atingindo todo o globo e explicitando a

desigualdade latente entre diversos lugares e setores da economia agora mundial. Essa desigualdade acelerará drasticamente após os anos 1980, espalhando pobreza e superconcentração de renda por todo planeta. Assim, apesar do movimento geral do capital produzir uma tendência de queda dos lucros que é constantemente combatida por elementos diversos no interior do processo produtivo, a possibilidade de hipotecar lucros, salários e impostos futuros se tornou uma solução momentânea – e que se mostrou impossível – para um problema em ascensão. Portanto, estudar a particularidade implicar em movê-la em direção a mediação com o processo global de crise da forma social.

Considerações Finais

Nossa pretensão era apresentar a necessidade de mediação entre forma social e totalidade concreta para compreender mais e melhor os processos particulares. Essa multiescalaridade, apresentada aqui pela constelação benjaminiana, nos auxilia a destrinchar o movimento global da crise do capital que se articula de forma diferencial com as partes diversas dessa totalidade fragmentada. Trata-se, portanto, de um constante movimento de mediação, cujo esforço implica reconhecer os limites de ação de cada sujeito particular, de cada capital individual, e de cada forma autonomizada de representação do capital, buscando os indícios e vislumbres. A forma social passa às costas dos sujeitos e das escalas particulares. Assim, no momento de crise fundamental dessa forma social o desmantelamento da totalidade concreto não se refere simplesmente a processos particulares, mas sim sua relação com o valor-dissociação em crise. Portanto, não há desenvolvimento desigual após os anos 1970. Não se trata mais de desenvolvimento,

atraso ou modern(o)ização. A crise do capital, que continua a se mover por meio do *capital fictício* e da simulação de acumulação baseada na inflação dos títulos de propriedade (KURZ, 2020) oblitera o processo de acumulação e generaliza a crise do trabalho e o colapso das formas modernas de organização estatal e representação. Compreender a totalidade concreta da crise do capital passa pelo reconhecimento dos limites do particular ao apontar os contatos entre suas dinâmicas e a *dessubstancialização do capital* e o colapso da modernização.

Referências bibliográficas

ALFREDO, A. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Revista Terra Livre*. Ano 26, v. 1, n. 34. São Paulo. 2010.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo. Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

GRESPLAN, J. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo. Boitempo. 2019.

KURZ, R. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo. Paz e Terra. 6ª edição. 2004.

_____. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Janeiro-Junho, 2019

_____. *Fim da economia nacional*. 1999. Tradução de André Villar Gomez. 2018. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz430.htm>>

_____. *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa. Antígona. 2014.

LEFEBVRE, H. *Critique of Everyday Life*. One Volume Edition. Londres. Verso. 1991/2014.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política – Livro I/II/III*. São Paulo. Boitempo. 1890/2013 – 1885/2014 – 1893/2017.

_____. *Grundrisse*. São Paulo. Boitempo. 2017.

MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro. Consequência. 2019.

MOREIRA, R. *A geografia do espaço-mundo. Conflitos e superações no espaço do capital*. Rio de Janeiro. Consequência. 2016.

PITTA, F. O Crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Revista Sinal de Menos*. Ano 11, n. 14, vol. 1, 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. Edusp. 4ª edição, 7ª reimpressão. 2012.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre sexos. *Revista Krisis*, n. 12, 1992, p. 19-52. Tradução de José Marcos Macedo, 06/1996. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>

_____. *Homo sacer e os ciganos. O Anticiganismo – Reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno. EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, 4/2007*. Tradução de Boaventura Antunes, Lumir Nahodil e Virgínia Freitas, 12/2007. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz7.htm>

_____. Forma Social e Totalidade Concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje. *Revista EXIT!*, n° 6 (2009). Tradução de Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra, 05/2010. Disponível em <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm>

_____. *Cristóvão Colombo forever? - para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. 2019

Submetido em: 10 de maio de 2020.

Devolvido para revisão em: 06 de junho de 2020.

Aprovado em: 19 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

COELHO, Thiago Teixeira da Cunha. Notas sobre a constelação multiescalar da totalidade concreta da crise do capital. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 69-115, jan.-jun./2020.